

Se quiser receber estes estudos diretamente envie mensagem para edr2@netcabo.pt

A REESTRUTURAÇÃO VIOLENTA DO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL, AUMENTO DA PROLETARIZAÇÃO E DA PRECARIIDADE, E BAIXOS SALÁRIOS

Embora tenha passada despercebida a sua dimensão, o certo é que, no nosso país, com a crise e com a “troika” registou-se uma reestruturação violenta e rápida do mercado de trabalho, que determinou a expulsão maciça de trabalhadores com o ensino básico, que foi muito superior ao emprego destruído. Associado a isso, aumentou a proletarização e a precariedade, e os baixos salários tornaram-se cada vez mais dominantes. É tudo isto que vamos procurar mostrar utilizando dados oficiais divulgados pelo INE.

A REESTRUTURAÇÃO VIOLENTA E RÁPIDA DO MERCADO DE TRABALHO E A EXPULSÃO DE 1.378.000 DE TRABALHADORES DE BAIXA ESCOLARIDADE ENTRE 2007 E 2015

O quadro 1, com dados do INE, mostra a dimensão da expulsão do mercado de trabalho pois da redução de mais 1,6 milhões de trabalhadores de baixa escolaridade entre 2000 e 2017, cerca de 1,37 milhões (81,8%) concentra-se no período 2007/2015, o que configura uma verdadeira expulsão maciça, com custos sociais e humanos elevados devido à sua rapidez.

Quadro 1- População empregada por níveis de escolaridade – 2000/2017- Milhares

ANOS	GOVERNOS	Com ensino Básico	Com ensino secundário	Com ensino superior	EMPREGO TOTAL	Básico % do Total	Secundário % do Total	Superior % do Total
2000	PSD/CDS	3 949	600	472	5 021	78,7%	11,9%	9,4%
2005	PS/Sócrates	3 695	741	687	5 123	72,1%	14,5%	13,4%
2007		3 660	777	733	5 170	70,8%	15,0%	14,2%
2011		2 913	935	891,8	4 740	61,5%	19,7%	18,8%
2015	PSD/CDS	2 282	1 133	1 133	4 549	50,2%	24,9%	24,9%
2016	PS/Costa	2 227	1 182	1 196	4 605	48,4%	25,7%	26,0%
2017		2 264	1 260	1 233	4 757	47,6%	26,5%	25,9%
VARIAÇÃO 2000-2017		-1 685	661	760	-264	-31,1%	14,6%	16,5%
Varição 2007/2011 (4 anos)	PS/Socrates	-747	159	159	-430	-9,3%	4,7%	4,6%
Varição 2011-2015 (4 anos)	Passos/Portas	-631	198	242	-191	-11,3%	5,2%	6,1%
VARIAÇÃO 2007-2015	Sócrates/Passos	-1 378	357	400	-621	-20,6%	9,9%	10,7%
Varição 2015-17 (2 anos)	PS/Costa	-18	127	99	208	-2,6%	1,6%	1,0%
2005-2011-Média ano	PS/Sócrates	-125	26	26	-72			
2011-2015-Média ano	Passos/Portas	-158	50	60	-48			
2015-2017 - Média ano	PS/Costa	-9	64	50	104			

FONTE: Inquérito ao Emprego - 2000-2017 - INE

Entre 2000 e 2017, o emprego em Portugal diminuiu em 264.000, mas os empregos ocupados por trabalhadores com ensino básico sofreram uma redução de 1.685.000, portanto um valor superior em mais de 6 vezes à redução registada no emprego total. No mesmo período, o emprego dos trabalhadores do ensino secundário aumentou em 661.000, e os com ensino superior em 760.000, o que não foi suficiente para compensar a destruição de empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico.

Se dividirmos o período 2000/2015 em dois subperíodos (2000/2007 e 2007/2015), constatamos que foi durante os governos de Sócrates/Passos Coelho/Portas/troika que a destruição de emprego ocupado por trabalhadores com o ensino básico foi mais intensa já que, nesse período, a destruição de emprego total atingiu 621.000 postos de trabalho, e a de empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico atingiu 1.378.000.

Se analisarmos a variação do emprego anual por governos constatamos, que foi durante o governo de Passos Coelho/Portas/troika que a média anual de destruição de emprego de trabalhadores com ensino básico foi mais elevada, tendo atingido 158.000/ano, pois durante o governo de Sócrates a média, embora também elevada, foi de 125.000/ano. Durante os dois anos de governo PS/Costa, o emprego ocupado por trabalhadores com ensino básico diminuiu 9.000/ano, mas o emprego total aumentou em 104.000/ano.

Durante muito tempo a redução de trabalhadores com o ensino básico foi lenta (*entre 2000 e 2007, o peso do emprego com ensino básico no emprego total diminuiu apenas de 78,7% para 70,8%, o que era um importante obstáculo ao desenvolvimento e a prova de que o sistema de ensino não estava adequado às necessidades do país*), mas a partir de 2007, com a crise e com a “troika”, a redução fez-se de uma forma rápida e violenta, o que atirou centenas de milhares de trabalhadores para a miséria, pois a taxa de cobertura do subsidio de desemprego em relação ao desemprego real (não o oficial) foi sempre e continua a ser inferior a 50%.

A CRESCENTE POLETARIZAÇÃO E O AUMENTO DA PRECARIEDADE EM PORTUGAL

Outra consequência importante desta reestruturação violenta do mercado de trabalho no nosso país, foi o aumento da proletarização, do trabalho a tempo parcial, muitas vezes determinado pelo facto do trabalhador não encontrar trabalho a tempo completo, e da precariedade. Os dados do quadro 2, que são também do INE, revelam essa realidade que é por vezes esquecida na “*euforia da recuperação económica em curso*”

Quadro 2 – Proletarização e precariedade em Portugal – 2000/2017

DESIGNAÇÃO	2000	2007	2011	2015	2016	2017
EMPREGO TOTAL	5 021	5 170	4 740	4 549	4 605	4 757
Trabalhadores por conta de outrem	3 650	3 902	3 719	3 711	3 787	3 949
Trabalhadores por conta própria como isolados	880	900	748	597	570	560
Trabalhadores por conta própria como empregadores (patrões)	224	205	245	156	151	158
Trabalhadores familiares não remunerados e outras situações	192	81	18	23	29	22
Trabalhadores por conta de outrem % do emprego total	72,7%	75,5%	78,5%	81,6%	82,2%	83,0%
Trabalhadores por conta própria % do emprego total	17,5%	17,4%	15,8%	13,1%	12,4%	11,8%
Patrões % do emprego total	4,5%	4,0%	5,2%	3,4%	3,3%	3,3%
Trabalhadores por conta de outrem a tempo completo	3 468	3 673	3 444	3 409	3 481	3 643
Trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial	182	229	275	302	306	306
Trabalhadores a tempo completo em % do Trabalhadores por conta outrem	95,0%	94,1%	92,6%	91,9%	91,9%	92,3%
Trabalhadores a tempo parcial em % do Trabalhadores por conta outrem	5,0%	5,9%	7,4%	8,1%	8,1%	7,7%
Trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo	2 922	3 030	2 902	2 896	2 943	3 080
Trabalhadores por conta de outrem com a contrato com termo (a prazo)	501	685	682	687	705	729
Trabalhadores com contrato sem termo em % total de trabalhadores por conta outrem	80,1%	77,6%	78,0%	78,0%	77,7%	78,0%
Trabalhadores com contrato a termo em % total de trabalhadores por conta outrem	13,7%	17,5%	18,3%	18,5%	18,6%	18,5%
Outros	227	188	136	128	139	140
Subemprego visível	46	67	214	240	227	202

FONTE: Inquérito ao Emprego - 2000/2017 - INE

Como revelam os dados do INE, **entre 2000 e 2017, o peso dos trabalhadores por conta de outrem no emprego total aumentou de 72,7% para 83%, o que é um indicador claro da crescente proletarização da sociedade portuguesa.** No mesmo período, os “*trabalhadores por conta própria como isolados*” (*terminologia do INE*), portanto sem empregados, diminuiu, em percentagem da população empregada, de 17,5% para 11,8%, o que mostra bem o falhanço do “*empreendedorismo*” e do “*fim do trabalho assalariado*”. E, como revelam também os dados do INE, **entre 2000 e 2017, a percentagem de patrões (na terminologia do INE “*Trabalhadores por conta própria como empregadores*”) na população empregada total diminuiu de 4,5% para apenas 3,3% do total.**

Em Portugal, e certamente está a acontecer o mesmo nos outros países, está-se a verificar uma divisão cada vez maior da sociedade em que, por um lado, estão aqueles que têm para viver o seu salário, por isso designados por assalariados, que, em 2017, já representavam 83% de toda a população empregada, a que se pode ainda adicionar uma parte dos “*trabalhadores por conta própria como isolados*” que são verdadeiros trabalhadores por conta de outrem (*os chamados “recibos verdes”*); e, por outro lado, uma reduzida percentagem de patrões, cada vez mais pequena (em 2017, eram apenas 3,3% da população empregada), mas que detém a propriedade dos meios indispensáveis à produção de bens e serviços, e que empregam o trabalho assalariado para produzir valor, apropriando de uma parcela do valor criado pelos assalariados, que constitui a fonte dos seus lucros e enriquecimento.

Esta crescente divisão da sociedade portuguesa entre assalariados (83%) e patrões (3%) , que os dados do INE revelam com clareza, está associado também, como mostram os mesmos dados, **ao aumento do trabalho a tempo parcial (entre 2007 e 2017, aumentou de 5% para 7,7%, embora apresente uma pequena redução com este governo), ao subemprego visível (202 mil em 2017) e ao crescimento do trabalho precário no nosso país (entre 2000 e 2017, a percentagem de trabalhadores com contrato a prazo aumentou de 13,7% para 18,5% dos trabalhadores por conta de outrem, tendo estagnado com o atual governo. São indicadores claros do aumento da exploração a que estão ainda sujeitos os trabalhadores portugueses.**

Um indicador desta crescente exploração é o facto de que, em 2016, segundo o INE, os “Ordenados e salários” recebidos pelos trabalhadores, que constituíam mais de 82% dos empregados, ou seja, pelos trabalhadores por conta de outrem correspondia apenas a 34,2% da riqueza criada por eles (PIB), enquanto o Excedente Bruto de Exploração apropriado pelos donos de empresas representava (3,3% da população empregada), correspondia a 42,8% do PIB. A sociedade portuguesa está cada vez mais desigual e dividida: os trabalhadores que representam mais de 82% dos produtores de

Se quiser receber estes estudos diretamente envie mensagem para edr2@netcabo.pt

riqueza recebem pouco mais de um terço da riqueza que criam, enquanto os proprietários das empresas, que representam cerca 3% da população empregada, recebem diretamente 42,8% do PIB, ou seja, da riqueza criada pelos trabalhadores. A questão que se coloca é naturalmente esta: Quando se corrigirá esta profunda desigualdade e injustiça que continua a dividir a sociedade portuguesa?

OS SALÁRIOS CONTINUAM MUITO BAIXOS, E O INE INDUZ EM ERRO POIS UTILIZA OS MESMOS ESCALÕES PARA OS DIFERENTES ANOS SEM OS CORRIGIR COM A INFLAÇÃO

Apesar das alterações profundas verificadas na qualificação do emprego em Portugal (em 2007, apenas 29% dos trabalhadores tinham o ensino secundário e superior, enquanto em 2017 essa percentagem subiu para 52,4%), os baixos salários continuam (muitos trabalhadores despedidos com o ensino básico foram substituídos por trabalhadores com o ensino secundário e superior, a quem os patrões pagam menos do que pagavam aos do básico, aproveitando-se do desemprego existente) e a precariedade crescente continua também. Tudo isto continua a empurrar dezenas de milhares de portugueses, muitos deles qualificados, a procurar trabalho em outros países, já que não conseguem encontrar no seu país um trabalho e um salário digno. O quadro 3, mostra os baixos salários que continuam a receber os trabalhadores portugueses ainda em 2017, apesar da campanha negativa contra o aumento dos salários levada a cabo pelos comentadores oficiais que dominam os media.

Quadro 3 – Repartição dos Trabalhadores por conta de outrem por escalões de salários líquidos recebidos corrigidos os escalões de 2017 com a inflação verificada entre 2007 e 2017

DADOS COM ESCALÕES DO INE NÃO CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO ENTRE 2007/2017					DADOS COM ESCALÕES CORRIGIDOS COM A INFLAÇÃO ENTRE 2007-2017		
Escalão de rendimento mensal salarial líquido	Portugal 2007-Mil	2007 - % do Total	Portugal 2017-Mil	2017 - % do Total	Escalões de rendimento mensal salarial líquido de 2017 a preços de 2007	Portugal 2017-Mil	2017 - % do Total
Trabalhadores por conta de outrem- Total	3902,2	100%	3948,7	100,0%	Trabalhadores por conta de outrem- Total	3 948,7	100%
Menos de 310 euros	151,4	3,9%	124,4	3,2%	Menos de 282 euros	124,4	3,2%
De 310 a menos de 600 euros	1627,9	41,7%	984,3	24,9%	De 282 a menos de 545 euros	984,3	24,9%
De 600 a menos de 900 euros	979,1	25,1%	1245,3	31,5%	De 545 a menos de 818 euros	1 245,3	31,5%
De 900 a menos de 1 200 euros	348,1	8,9%	506,5	12,8%	De 818 a menos de 1 091 euros	506,5	12,8%
De 1 200 a menos de 1 800 euros	288,2	7,4%	476,2	12,1%	De 1 091 a menos de 1 636 euros	476,2	12,1%
De 1 800 a menos de 2 500 euros	89,9	2,3%	124,9	3,2%	De 1 636 a menos de 2 273 euros	124,9	3,2%
De 2 500 a menos de 3 000 euros	20,5	0,5%	28,8	0,7%	De 2 273 a menos de 2 727 euros	28,8	0,7%
3 000 euros e mais euros	26	0,7%	31,5	0,8%	2727 euros e mais euros	31,5	0,8%
NS/NR	371	9,5%	426,8	10,8%	NS/NR	426,8	10,8%
Inferior a 900€/mês	2758,4	70,7%	2354	59,6%	Inferior a 818€	2354	59,6%

FONTE: Inquérito ao Emprego - 2007 e 2017 -INE

Segundo o INE, em 2007, 45,6% dos trabalhadores portugueses recebiam salários líquidos mensais inferiores a 600€ e, em 2017, essa percentagem tinha diminuído para 38,1%, o que não deixa de ser elevada. E os que recebiam menos de 900€ eram, em 2017, 70,7% do total e, em 2017, 59,6%, mais de metade deles o que é um valor que continua a ser elevado. Estes dados do INE induzem em erro. E isto porque os escalões do INE, em termos de poder de compra, de 2007 e 2017, não são comparáveis, pois o INE utiliza, em 2017, os valores de 2007 sem os corrigir com base na inflação verificada entre estes dois anos (10%).

No lado direito do quadro 3 estão os escalões de 2017, corrigidos com a inflação verificada entre 2007 e 2017, ou seja, deflacionados. E rapidamente se conclui que 310€ de 2017 correspondem, em poder de compra, apenas a 282€ de 2007; que 600€ de 2017 correspondem a 545€ de 2007; que 900€ de 2017 correspondem a 818€ de 2007; etc.; etc..

Para que o leitor possa ter uma ideia da dimensão do erro gerado pelos dados do INE (e o INE não faz qualquer advertência para a incorreção de fazer comparações dos dados de 2007 e 2017, o que não deixa de ser criticável), vai-se utilizar apenas dois exemplos (trabalhadores com salários líquidos inferiores a 600€ e a 900€) mas que são suficientemente esclarecedores.

Segundo o INE, em 2017, os trabalhadores a receber um salário líquido inferior a 600€ e a 900€ representavam, respetivamente, 28,1% e 59,6% do total dos trabalhadores por conta de outrem. No entanto, se utilizarmos os escalões de 660€ e de 990€ em 2017 que correspondem, em poder de compra, aos valores de 600€ e 900€ em 2007, então a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com salários líquidos inferiores em 2017 aos 660€ já aumenta para 33,5% e, com salários inferiores a 990€ em 2017 já sobe para 74,5%, percentagens esta já superior à de 2007 que era 70,7%. Portanto, mesmo os números divulgados pelo INE enganam já que a realidade atual, a nível de salários pagos, é ainda pior do que a revelada pelos dados do INE.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 11-2-2018